

ENTRE O DIREITO E O TERRITÓRIO: RETERRITORIALIZAÇÃO DA SALA DE AULA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Heloisa de Sousa Reis¹; Luís Ferreira²

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) – CE. Integrante do Grupo de Pesquisa “Observatório Vozes da EJA”. Bolsista no projeto de pesquisa “Entre salas e alpendres: a Educação de Jovens e Adultos e as novas territorialidades no Maciço de Baturité” Edital Proppg 06/2025 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4590-9810>; E-mail: heloisadesousareis@aluno.unilab.edu.br.

² Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ/PPFH), com estágio Pós- Doutoral pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (UFRJ) e em Educação Brasileira (UFC). Mestre em Educação (UERJ/Proped). Professor no Curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e docente do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (POSIH). Coordenador do Grupo de Pesquisa “Observatório Vozes da EJA Brasil-África”. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) em 2022-2024 e 2025-2027. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2695-6206>. E-mail: luisferreira@unilab.edu.br

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade destinada aos cidadãos que não puderam concluir seus estudos no ensino regular. A existência da EJA nos aproxima de um olhar sobre a necessidade de refletirmos acerca das trajetórias marcadas por interrupções, exclusões e desigualdades até mesmo no acesso aos direitos e oportunidades na sociedade. É evidente que a EJA deve ser entendida como modalidade de ensino que, por si só, carrega uma dívida social historicamente acumulada pelas políticas públicas de educação e se torna um local de (re)construção do indivíduo, das relações sociais e de acolhimento.



A EJA constantemente enfrenta gotejamentos na oferta, redução de matrículas, falta de materiais didáticos ou até outros problemas que impactam diretamente nessa política pública (Ferreira, 2025). É importante vermos a EJA não apenas como uma política educacional isolada, mas como fenômeno social que dialoga com as dinâmicas de subcidadania e desfiliação descritas por Jessé Souza (2018) e Robert Castel (1998). Ao mesmo tempo, a oferta da EJA não ocorre em um espaço abstrato. Ela se realiza em territórios concretos, marcados por desigual distribuição de infraestrutura, recursos e investimentos. A partir da perspectiva de Milton Santos (2002), o território deve ser compreendido como “território usado”, resultado da articulação entre sistemas de objetos, como prédios escolares, transporte, equipamentos e de sistema de ações, sejam elas práticas sociais, políticas públicas ou modos de organização comunitária. Assim, quando a escola formal não se sustenta em determinados contextos, principalmente em regiões rurais e interiores, novas formas de organização surgem para garantir a continuidade da escolarização dessas pessoas.

É nesse cenário que se insere o fenômeno da reterritorialização das salas de aula da EJA para espaços alternativos, como alpendres das casas, seja dos professores, dos próprios alunos ou outros locais cedidos que se transformam nesse lugar de ensino ocorre, em grande parte, como realidade da educação popular em zonas rurais, na educação do campo. Não é apenas uma simples mudança de localização, esse novo território expressa uma reconfiguração da forma escolar, deslocando a prática pedagógica para novos espaços, onde a sala de aula deixa de ser exclusivamente o espaço da instituição escola e passa a constituir-se como experiência territorializada de ensino-aprendizagem.

O alpendre, nesse sentido, pode ser interpretado tanto como sinal da insuficiência dos direitos básicos à educação quanto como espaço de reinvenção pedagógica e de afirmação do compromisso com a formação desses alunos. Então, quando discutimos a reterritorialização das salas de aula da EJA significa que é necessário articular direito à educação, desigualdade social, território e prática pedagógica para um grupo de alunos diverso, com níveis de aprendizado diferentes. Trata-se de compreender como a escola, ao deslocar-se para novos espaços, evidencia as contradições estruturais dentro da educação, ao mesmo tempo que produz experiências de formação que reafirmam a educação como possibilidade de reconhecimento e reconstrução dessas trajetórias. Este trabalho tem como objetivo discutir, em perspectiva teórica, o processo de reterritorialização das salas de aula da Educação de Jovens e Adultos, analisando-o como fenômeno social, territorial e pedagógico.

Metodologia

O presente trabalho caracteriza-se como estudo de natureza qualitativa, com abordagem teórico-bibliográfica e analítica. A investigação fundamenta-se na revisão e estudo de literatura sobre Educação de Jovens e Adultos, o conceito de território, desigualdade social e organização pedagógica em contextos multisseriados.

Foram selecionadas obras e documentos que estruturam o debate acerca da modalidade, análises sobre desigualdade estrutural e educacional (SOUZA, 2018; CASTEL, 1998; FERREIRA, 2024; 2025), discussões sobre o conceito de território (SANTOS, 1996, 2002), e referenciais pedagógicos relacionados à relação com o saber e à organização multisseriada (CHARLOT, 2000; PARENTE, 2014; RIBEIRO, 2019).

Resultados e discussão

A EJA surge como resposta institucional a trajetórias marcadas, inicialmente, pela subcidadania e, no extremo, resulta na exclusão escolar. Contudo, essa exclusão se inscreve em processos estruturais de desfiliação social. Para Castel (1998), a desfiliação ocorre quando os vínculos que integram o indivíduo ao trabalho e às instituições tornam-se frágeis ou instáveis. A escola, enquanto instituição moderna central, compõe esse sistema de integração. A falta ou interrupção contribui para o deslocamento do sujeito para zonas de vulnerabilidade social.

A organização da sociedade do país pode ser compreendida a partir de um padrão estrutural de subcidadania (SOUZA, 2018). Não é apenas de pobreza econômica, mas de exclusão sociocultural que impede o acesso pleno ao reconhecimento social, de ser “gente”, conceito usado para essas pessoas que foram marcadas por contextos de vulnerabilidade e processos de precarização dentro da educação (FERREIRA, 2024). A escolarização é um elemento importante nesse processo, porque opera como mecanismo de legitimação social. Quem foi excluído ou teve a trajetória escolar interrompida acaba tendo que ocupar posições subalternizadas no mercado de trabalho e na hierarquia social.

O retorno à escola por jovens, adultos e idosos representa uma tentativa de reinserção e garantia da cidadania plena a esses cidadãos. Nesse contexto, aprender a ler, escrever, interpretar textos ou concluir etapas escolares significa reconstruir vínculos com instituições que historicamente os excluíram.

A reterritorialização das salas de aula interfere diretamente nesse processo. Se a escola é espaço de filiação social, sua reorganização em condições diferentes pode produzir dois cenários: ao mesmo tempo que mantém a possibilidade de escolarização, evidencia a fragilidade estrutural do direito que se busca afirmar. O alpendre é um símbolo desse contexto: é espaço de continuidade da formação, uma forma de resgatar os saberes e ensino, mas também acaba se tornando sinal da desigualdade na distribuição das condições do que a lei garante para o âmbito educacional.

A partir da concepção de Milton Santos (1996), o território não é apenas o local geográfico, mas resultado da interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações. A política educacional, portanto, não se realiza de forma concreta: depende da infraestrutura disponível, dos materiais disponibilizados e das dinâmicas sociais locais.

Quando as salas de aula da EJA migram para esses alpendres, o prédio escolar formal deixa de ser o espaço exclusivo da escolarização. Assim, o sistema muda para se adaptar a essa nova realidade: professores, coordenadores e comunidades mobilizam estratégias para que a educação continue acontecendo. Essa reorganização revela que o território não é apenas cenário de carência, mas espaço de soluções, acolhimento e reinvenção.



Embora a reterritorialização das salas de aula da EJA revele desigualdades estruturais na distribuição da infraestrutura educacional, é necessário reconhecer que essa medida também pode representar estratégia legítima de garantia do direito à educação em territórios marcados por idade, saúde e limitações geográficas. Do ponto de vista pedagógico, essa reorganização também pode produzir efeitos positivos. Na perspectiva de Paulo Freire (2005), a educação dialógica e situada é ambientada na realidade concreta dos sujeitos, mostrando que aprender não é receber conteúdo pronto, mas construir conhecimento a partir da própria vida, das experiências e do lugar que cada pessoa ocupa no mundo. Para ele, o diálogo é essencial, pois é na troca, na escuta e no respeito que educador e educando aprendem juntos e possibilitam a transformação da realidade. A aproximação entre escola e comunidade tende a fortalecer vínculos de pertencimento. O espaço doméstico, ao tornar-se espaço educativo, pode favorecer um ambiente mais acolhedor e de relações pedagógicas menos hierarquizadas, aproximando-se da perspectiva freiriana de educação dialógica e situada na realidade concreta dos sujeitos.

Contudo, é fundamental evitar a romantização do processo. A reterritorialização não elimina os problemas estruturais; ela os torna mais aparentes. Se determinados territórios precisam deslocar a escola para espaços domésticos para manter a oferta, isso indica desigualdade na distribuição do investimento público, e então o direito à educação se torna territorialmente condicionado.

A multisseriação entra também nesse contexto de reorganização. Parente (2014) e Ribeiro (2019) demonstram que turmas multisseriadas são respostas históricas a contextos de dispersão populacional e limitações estruturais. Embora muitas vezes associadas à precarização, elas também podem favorecer aprendizagem colaborativa e circulação intergeracional de saberes e vivências.

Conclusões

A reterritorialização das salas de aula da Educação de Jovens e Adultos revela que o direito à educação, mesmo que seja formalmente garantido, é profundamente afetado pelas desigualdades sociais e territoriais. Dentro dos conceitos de subcidadania e desfiliação, compreende-se que a EJA atua como espaço de reconstrução de vínculos sociais e de busca por reconhecimento para sujeitos historicamente excluídos da escolarização.

Sob a perspectiva do território usado, o deslocamento das aulas para alpendres evidencia tanto a fragilidade estrutural da política pública quanto a capacidade de reorganização territorial que sustenta a continuidade da oferta. Trata-se de um movimento ambivalente: denuncia a precarização, mas também expressa estratégia de manutenção do direito à educação em contextos marcados por dispersão e vulnerabilidade.

Assim, podemos compreender como a reterritorialização nos mostra as contradições da política educacional brasileira e também reafirma a centralidade da escola, mesmo em novos espaços, como lugar de formação, pertencimento e cidadania.

Palavras-Chave: EJA; Subcidadania; Desfiliação.

Referências Bibliográficas

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DOS SANTOS, Jânio Ribeiro. Educação do Campo, multisseriação e formação de professores. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 4, p. e3834-e3834, 2019.

FERREIRA, Luís. **Gentes da EJA: além da subcidadania e da exclusão**. Editora CRV, 2024.

FERREIRA, Luís. **Redução por gotejamento**. Editora CRV, 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, Cláudia Suely Ferreira; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Educação dialógica: a perspectiva de Paulo Freire para o mundo da educação. **Educação Popular**, v. 19, n. 3, p. 4-15, 2020.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Escolas multisseriadas: a experiência internacional e reflexões para o caso brasileiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, p. 57-88, 2014.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. Globalização e geografia: a compartimentação do espaço. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 18, p. 5-17, 1996.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **Território: globalização e fragmentação**, 2002.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Leya, 2018.

